

# A ECONOMIA POLÍTICA DO COLONIALISMO PORTUGUÊS EM MOÇAMBIQUE

*(uma introdução ao estudo da Economia de Moçambique)*

*por Prof. Doutor José Chichava, PhD(Econ)*

## I parte

### NOTAS INTRODUTÓRIAS À COLONIZAÇÃO DE MOÇAMBIQUE

#### 1. A CONFERÊNCIA DE BERLIM E A PARTILHA DE ÁFRICA(1879-1891)

A Conferência de Berlim é realizada sob o princípio de que o critério para o reconhecimento dos direitos reclamados sobre os territórios Africanos devia ser o da “ocupação efectiva” e nunca o da “primeira descoberta” do território em causa. Este era o princípio defendido pelo governo Britânico mas não pelos portugueses. De facto os portugueses tinham a melhor vantagem em relação a qualquer outra potência colonial em África em termos de terem ‘descoberto’ o local primeiro que outros e de lá terem hasteado a bandeira portuguesa.

Infelizmente para Portugal, o mapa côr de rosa (que partia de toda a costa moçambicana, oceano Índico, para a costa angolana, oceano Atlântico) que consubstanciava os territórios reclamados por Portugal não teve sucesso. Tanto os Britânicos assim como os Franceses e Alemães entretiveram os portugueses como se fossem a reconhecer o mapa côr de rosa, mas no fim nenhum deles ligou a pretensão de Portugal. O governo Britânico chegou mesmo a ameaçar Portugal de guerra territorial se este não abandonasse uma boa parte de territórios que, em grande parte, tinha uma certa ocupação efectiva. O Lord Salisbury foi o carrasco de Lisboa ao dar ultimato aos Portugueses na tarde do dia 11 de Janeiro de 1890 e ao definir, na prática, as fronteiras que tanto Moçambique assim como Angola teriam como definitivas.

Registe-se que a influência Britânica em Moçambique cimentou-se mais porque os indianos que já tinham ligações comerciais com Moçambique eram provenientes da Índia Britânica (colónia inglesa). No entanto, a Grã-Bretanha envolvera-se com Moçambique também por outras razões, pois tinha sob seu controle a África do Sul desde 1806, e as Ilhas Maurícias em 1810. Dez anos depois, navios britânicos

visitaram a costa de Moçambique e içaram a bandeira britânica na baía a sul do Rio Maputo (a baía de Delagoa – *Delagoa Bay*), em 1823, ao reconhecerem esta região como um grande porto natural (Newitt, 1995). Pretendendo contrariar os interesses de outras potências europeias em África, como a França e mesmo Portugal, em 1856 a Grã-Bretanha fundou um Consulado na Ilha de Moçambique e dois anos depois enviou Livingstone para efectuar a expedição para reavivar os três interesses britânicos no continente africano: oposição ao tráfico de escravos, fomento das missões protestantes, e promoção do comércio livre.

Assim, a Conferência de Berlim acabou sendo uma aberração irracional que serviu para as potências europeias roubarem, à força, as terras, riquezas e direitos dos Africanos. Desta Conferência as fronteiras dos territórios Africanos foram definidas numa mesa de negociações obedecendo à vontade dos diplomatas intervenientes, sem um conhecimento real do terreno em discussão. Esta foi a face do Colonialismo. Em 1898, Alemanha e Grã-Bretanha assinam o **Tratado de WESTMINSTER**, o qual previa a distribuição dos territórios (colónias) de Portugal caso este fosse obrigado a ficar sem eles. Desse tratado, os Britânico ficariam com o Sul de Moçambique e o Sul de Angola, enquanto aos Alemães caberia o Norte de Moçambique, o Norte e Centro de Angola.

Este tratado que serviu para os apetites das grandes potências em termos de:

- Actividades Comerciais
- Investimentos
- Actividades de Missionários,

serviu também para diminuir a tensão sobre os Portugueses em relação à perda das colónias.

Em consequência disso, as fronteiras Moçambicanas foram mais tarde produto duma negociação entre a Grã-Bretanha e Portugal.

A ameaça do poder Britânico no Transvaal levou a Grã-Bretanha a assinar um acordo secreto com os Portugueses - **O Tratado de WINDSOR**, o qual garantia a Portugal a segurança de posse de suas colónias.

Até 1890, no Norte de Moçambique era desconhecido para os Portugueses. Por volta dos anos 1900, largas áreas de Moçambique eram controladas por Companhias

Estrangeiras. Por volta de 1913, a Grã-Bretanha renovou o Tratado de WINDSOR pois, já alcançara em parte as suas pretensões.

## **2. MOÇAMBIQUE E O NOVO IMPERIALISMO**

Uma das estratégias do Governo Português para reforçar o seu domínio económico no período de 1860 a 1870 foi o desenvolvimento de uma série de infraestruturas que pudessem apoiar o crescimento económico. A transferência do controlo das colónias do Ministério do Ultramar em 1859, e outras medidas tomadas nos anos 1850 para reforçar a administração colonial concorreram também para essa estratégia.

Desde o princípio o mercado colonial foi crucial para o sucesso da indústria, e por volta do ano 1870 três quartos das exportações de têxteis eram absorvidos pelas colónias. No entanto, a indústria têxtil foi grandemente afectada pela depressão Europeia de 1880. Esta situação, aliada à crise financeira de 1890, obrigou Portugal a implementar outras manobras financeiras que incluíram a desvalorização da moeda e um rescalonamento unilateral da dívida, a alienação de grandes parcelas de terras moçambicanas a companhias concessionárias, o acordo de trabalho com a África do Sul, e a legislação sobre terra, trabalho e tarifas.

### **As Companhias que operaram em Moçambique e datas da sua formação**

#### ***a) Companhias Majestáticas:***

A - COMPANHIA DE MOÇAMBIQUE, 1888, reestruturada em 1891 com objectivos de desenvolvimento económico, da administração e colonização do território sob seu controlo, com poderes de:

- fazer subconcessões de minérios e de terras
- cobrar impostos
- emitir selos postais
- cunhar moeda

À Companhia de Moçambique, com uma concessão para 25 anos (extendida em 1897 e prevista para terminar em 1942), foi, pelo Governo Português, dada expressamente a missão de pacificar o território sob o seu controlo (do Rio Zambeze à Latitude 22º, à Sul do Rio Save). As fontes de receita da Companhia de Moçambique eram “as receitas dos portos, os direitos sobre as terras e os minérios, os impostos e a mão-de-obra dos habitantes africanos” (Hewitt, 1995, p 331). Pelos resultados do trabalho feito, a concessão foi extendida por mais 45 anos.

B - COMPANHIA DO NIASSA, 1891, com poderes para:

- cobrar impostos aos camponeses
- controlar o emprego
- cobrar direitos e emolumentos aduaneiros.

À Companhia do Niassa, cuja área de 160.000 Km<sup>2</sup> se estendia ao Norte do Rio Lúrio, tinha sido dada uma concessão de 35 anos, contados a partir de 1894.

**b) Companhias Concessionárias e/ou Arrendatárias:**

A - COMPANHIA DA ZAMBÉZIA, 1892, que resultou da fusão da Sociedade dos Fundadores da Companhia Geral da Zambézia, criada em 1880, com Central Africa & Zoutpamberg Exploration Company;

B - COMPANHIA DO BOROR, 1898

C - COMPANHIA DO MADAL, 1904

D - SOCIEDADE DO MADAL, 1904

E - EMPRESA AGRÍCOLA DO LUGELA, 1906

F - SENA SUGAR ESTATES, 1920

G - INCOMÁTI SUGAR ESTATES, 1914

**3 - MOÇAMBIQUE SOB O DOMÍNIO DA MONARQUIA E DA REPÚBLICA PORTUGUESAS:**

A Monarquia Liberal do meio do século XIX aspirava à uma administração centralizada para as Colónias. A centralização não significava apenas um controlo político da colónia a partir de Lisboa mas uma tentativa de integração económica e assimilação social das colónias.

No entanto, nos últimos anos da Monarquia, as oportunidades de organização e desenvolvimento político-administrativo de Portugal nas suas colónias e particularmente em Moçambique foram muito limitadas pelas concessões e pelos prazos. As concessões originais dos Prazos tinham sido por 15 anos mas muitas delas já haviam sido extendidas para 25 anos.

Com a República que destronou o Rei em 1910, Portugal promoveu uma maior autonomia às Colónias, e o período dos Republicanos foi, de facto, um dos períodos de uma administração mais descentralizada, até ao desastre económico que, nos últimos 10 anos do regime, obrigou o governo a recuar para um controlo cerrado e rígido a partir de Lisboa – mudanças estas que assumidas e reforçadas pelo Estado Novo, depois de 1930.

Estabelecimento formal da Secretaria dos Negócios Indígenas (1907) com o objectivo de organizar para os nativos: i) um sistema de justiça; ii) direitos dos chefes; iii) a lei Africana codificada; iv) um sistema de registos; v) delinear reservas; vi) controlo da migração; vii) recrutamento para o trabalho.

Criação de hierarquias na Administração Civil: Divisão do País em Distritos e destes em Circunscrições (Zonas Rurais) e Concelhos (Zonas Urbanas).

## II parte

### O NACIONALISMO ECONÓMICO DE SALAZAR e os PLANOS DE FOMENTO EM MOÇAMBIQUE

Com Salazar há uma definição de novas relações económicas entre Portugal e os seus territórios ultramarinos. Segundo Salazar,

**Os territórios ultramarinos eram “uma solução lógica para os problemas de sobrepopulação de Portugal, para instalar cidadãos portugueses nas colónias e para que as colónias produzam matérias-primas para vender à mãe pátria em troca de produtos manufacturados”.**

Em consequência desta política do chamado Estado Novo, e no caso concreto de Moçambique, Portugal precisava de alterar, à seu favor, o domínio do capital estrangeiro. Portugal precisava de desenvolver a sua indústria têxtil e, conseqüentemente, era preciso garantir um crescente fornecimento de algodão barato a fim de se poder situar o país numa posição competitiva no mercado mundial. Para a concretização das suas pretensões, Portugal:

1. Aboliu os poderes político-administrativos que as companhias majestáticas, que operavam no centro e no norte de Moçambique, até aí detinham, fazendo com que estas passassem apenas a contar com a sua base produtiva. Assim, houve modificações da estrutura económica de Moçambique colonial, pois a actividade do capital estrangeiro ficou restringida à economia de plantações.

2. Assinou, em 1928, uma nova Convenção com a África do Sul que prolongava a integração já estabelecida de Moçambique no subsistema da África Austral através do elo - trabalho migratório - serviços de transportes. Esta convenção trazia um novo elemento: a obrigatoriedade do pagamento diferido por parte da África do Sul e, desta forma, assegurar-se a entrada em Moçambique de divisas estrangeiras de parte significativa da conta salarial dos mineiros.

3. Intensificou, alargou e institucionalizou a prática do trabalho forçado e do cultivo forçado de culturas de rendimento. Economicamente, e em concorrência com formas de capital mais poderosas e mais estabelecidas, a burguesia portuguesa, bem assim como a burguesia dos colonos só poderiam assegurar a sua posição através da expansão, racionalização e institucionalização do sistema de trabalho forçado: quer através da renda forçada da força de trabalho, quer através do cultivo forçado de culturas de rendimento.

Estas medidas eram parte de uma estratégia de desenvolvimento da burguesia portuguesa que era subdesenvolvida. Assim, os interesses da burguesia dos colonos e pequena burguesia local, tiveram de se subordinar às necessidades de acumulação da burguesia portuguesa.

O aparelho repressivo do Estado tornou-se portanto o instrumento para instituir um sistema de acumulação de capital assente na extracção da mais-valia absoluta: quer directamente, através da venda forçada da força de trabalho, quer indirectamente, através do cultivo forçado de culturas de rendimento. Nesse contexto, é de destacar a circular de 1 de Maio de 1947 que obrigava todos os indígenas a trabalhar seis meses por ano para o Governo, para uma companhia ou para um particular.

## ***As importações e a indústria transformadora***

Por outro lado, Portugal continuou a ser a principal fonte de importações de Moçambique até princípios dos anos “60”. A colónia constituía um mercado para as indústrias transformadoras de Portugal - um mercado que ainda se expandiu mais sob o impulso de uma comunidade colona que aumentou rapidamente.

Durante o período 1945-1960, assistiu-se a uma expansão relativamente rápida de determinadas indústrias viradas para o mercado local, e isto por duas razões:

- A comunidade colona em expansão não podia ser totalmente absorvida pela agricultura;
- As indústrias viradas para o mercado interno que surgiram nunca foram directamente competitivas com os principais ramos de exportação de Portugal.

## ***Os colonos e o povoamento***

A sobrepopulação em Portugal constituía uma questão séria para as autoridades governamentais. Esta sobrepopulação resultava do facto do desenvolvimento da indústria para as cidades que levou às altas taxas de emigração, condicionado pelas relações sociais de produção prevalentes em Portugal - domínio dos latifundiários. Houve um empenho activo do regime para:

- a) evitar que o fluxo de emigração não fosse para as colónias; isto, com o propósito de manter os colonos dentro da jurisdição de Portugal, contribuindo para o rendimento nacional e disponíveis para o serviço militar;
- b) fortalecer a base de apoio do regime transformando a força revolucionária em potência, campesinato proletarizado, numa pequena burguesia colonial e/ou aristocracia operária;
- c) adoptar uma política de incorporação das colónias como províncias ultramarinas de Portugal, negando assim, formalmente, à existência de uma questão colonial.

## **III parte**

## AS PRINCIPAIS FASES DA ACUMULAÇÃO DE CAPITAL NO MOÇAMBIQUE COLONIAL, NO PERÍODO 1885-1973

### **1885 – 1926: A Dominação do Capital Estrangeiro Não Português**

- Economia de plantações (Centro e Norte do País)
- Reserva de Mão-de-Obra para o capital mineiro Sul-Africano - Sul

### **1926 – 1960 : A Fase do Nacionalismo Económico de Salazar**

- Intensificação da Integração de Moçambique no subsistema da África Austral
- Acumulação de capital na base de extracção de Mais Valia Absoluta através da racionalização e institucionalização do sistema de trabalho forçado

### **1960 – (63/64) – 1973: Crise e Reestruturação do Capital**

- Abolição legal do sistema de trabalho forçado (1960-63/64)
- Crise da base económica do Salazarismo
- Política de “portas-abertas”.

## **IV parte**

### **OS PLANOS DE FOMENTO EM MOÇAMBIQUE**

#### ***Os objectivos gerais dos Planos de Fomento***

Após a segunda guerra mundial, os Estados Unidos da América adoptaram o “Plano Marshall”, um programa de ajuda à reconstrução da Europa capitalista.

Portugal, tendo beneficiado pouco dessa ajuda, optou por copiar o “modelo” de reconstrução da Europa, em que o Estado concentrava os seus esforços no desenvolvimento de infraestruturas económicas criando, assim, a base para a industrialização capitalista do sector privado. É nesse contexto que, a partir do início da década “50”, surgiram os Planos de Fomento em Portugal. Assim, o primeiro

plano que abrangia o período de 1953 à 1958, concentrava-se na construção de infraestruturas económicas; o segundo, que englobava o período de 1959 à 1964, dava ênfase à industrialização; o plano de fomento intercalar, de 1965 à 1967, visava dar apoio especial aos sectores de exportação; o terceiro plano de fomento, de novo, focava o desenvolvimento industrial e compreendia o período de 1968 à 1973. Por último, o quarto plano, de 1974 à 1979, também contemplava o processo de industrialização.

No cômputo geral, os Planos de Fomento tinham como objectivos:

- elevar o nível de vida dos portugueses;
- assegurar aos portugueses novas e melhores oportunidades de emprego;
- modernizar a técnica e o equipamento na agricultura e nas indústrias daquele tempo, com a absorção de braços em condições suficientemente remuneradoras através da colonização interna, da colonização ultramarina e da instalação de novas indústrias.

Os Planos de Fomento das colónias sempre foram concebidos dentro de uma perspectiva de subordinar os interesses das colónias aos da metrópole.

A colónia era vista como fonte de acumulação para o processo de industrialização em Portugal, e no caso concreto de Moçambique como colónia, tinha de assumir o papel de:

- produzir matérias-primas baratas para a indústria portuguesa (exemplo: algodão, açúcar, etc.);
- ganhar divisas para a metrópole, através da exportação de mão-de-obra, dos saldos dos serviços de transportes de mercadorias em trânsito, da venda de matérias-primas no mercado mundial - caju, etc.;
- fornecer um mercado seguro para os produtos industriais de Portugal, e permitir ao mesmo tempo a migração de portugueses para as colónias.

**Em resumo**, eram os seguintes os objectivos dos Planos de Fomento:

PLANO	PERIODO	OBJECTIVOS
<b>I</b> <b>(1,7 milhões de contos)</b>	1953/58	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Construção de Infraestruturas Económicas (ligação férrea entre Lourenço Marques e Salisbúria): um prolongamento do caminho de ferro do Incomáti, e a continuação do ramal de Nacala; conclusão do esquema do Vale do Limpopo; as barragens de Révuè e Movene, e a criação do aeródromo)</li> <li>- Promoção da Imigração Branca (para criar centros de população branca que pudessem contribuir para a nacionalização do território).</li> </ul>
<b>II</b> <b>(3,2 milhões de contos)</b>	1959/64	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estudos Científicos de Geologia, Solos e Cartografia;</li> <li>- Investigação s/Nutrição, Educação e a Produtividade Económica dos Africanos;</li> <li>- Investimento Maciço da Agricultura de Irrigação (Limpopo, Incomáti e Révuè).</li> <li>- Investimentos na Área dos Transportes.</li> </ul>
<b>Intercalar</b>	1965/67	- Apoio Especial aos Sectores de Exportação
<b>III</b> <b>(18,9 milhões de contos)</b>	1968/73	- Desenvolvimento Industrial
<b>IV</b> <b>(20 milhões de contos)</b>	1974/79	- Processo de Industrialização

Nestas condições não é difícil compreender que, uma grande parte dos planos de fomento nas colónias visava criar as infraestruturas económicas para a exploração

colonial, e em particular apoiando o desenvolvimento da economia capitalista dos colonatos.

Os Planos de Fomento davam muita ênfase ao desenvolvimento de infraestruturas de transporte e de irrigação como forma de facilitar a exploração colonial. Na década de 1920-30, foi construído o vamingo de ferro da Trans-Zambézia e a ponte sobre o Rio Zambeze, com investimentos britânicos. A linha viria a ser concluída em 1935, e o ramal para Moatize, em 1949<sup>1</sup>.

Os Planos de Fomento eram também caracterizados por ser parciais e restritos aos grandes investimentos a efectuar pelo Estado na agricultura, nas vias de comunicação e nos meios de transportes, e aos investimentos a fazer pelos particulares com o auxílio directo e indirecto do Estado não só na agricultura e nos meios de transportes, como também na instalação de novas indústrias e no desenvolvimento das existentes.

Os Planos de Fomento tinham um duplo carácter: imperativos, em relação aos investimentos exclusivamente públicos; indicativos, no que respeitava aos investimentos de natureza privada.

Maputo, Fevereiro de 2013

Bibliografia utilizada e recomendada para aprofundamento dos assuntos em análise:

Direcção dos Serviços de Planeamento e Integração Económica - *Os Planos de Fomento*;  
Hedges, D. & Rocha, A. ( ...), *Moçambique Face à Crise Económica Mundial e o Reforço do Colonialismo Português, 1930-1937*, in *Cadernos de História*, nº. 3;  
Lobato, A. & Costa, P. (1973), *Moçambique na Actualidade*, Lourenço Marques;  
Newitt, M. (1995), *A HISTORY OF MOZAMBIQUE*, London, Hurst & Company;  
Newitt, M. (1995), *História de Moçambique*, Lisboa: Europa-América, Lda; (Capítulos 14, 15 e 17);

---

<sup>1</sup> Os governos britânico e português concluíram o tratado de Lourenço Marques em 1879, o qual previa a construção do caminho de ferro Lourenço Marques-Johannesburg, cuja inauguração oficial só se concretizou a 1 de Janeiro de 1895. O caminho de ferro de Lourenço Marques a Salisbúria também foi construído com capital britânico, tendo sido concluído em 1960. Os caminhos de ferro em funcionamento até ao porto da Beira tinham sido construídos também com capital britânico, mas foram comprados pelo governo português, em 1949 (Newitt, 1995)

Rodrigues, R.C. (1972), *As Assimetrias Espaciais do Desenvolvimento Sócio-Económico em Moçambique*, Universidade de Lourenço Marques;

Wuyts, M.E. (1978), *Camponeses e Economia Rural em Moçambique*, UEM, CEA;